

MORADIA DE ESCRAVOS EM SALVADOR NO SÉCULO XIX

ANA DE LOURDES RIBEIRO DA COSTA *

1. Pouco sabermos sobre o morar escravo nas cidades, essa é uma questão que tem sido muito pouco discutida e quase não encontramos trabalhos cujo tema central passe por essa problemática. Achamos pertinente e oportuno que neste momento de comemoração do Centenário da Abolição em nosso País, onde inúmeras pesquisas estão sendo elaboradas acerca do escravismo no Brasil, trazermos a tona esta questão da moradia que julgamos da maior importância para a compreensão de uma faceta da vida desta população, como também contribui para o próprio entendimento da cidade, na medida em que o contingente de escravos até meados do século passado, constituída quase metade da população de cidades como Salvador e Rio de Janeiro.

As informações que passaremos a dar a seguir constituem-se em dados parciais do nosso objeto de dissertação, que estamos elaborando no Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

2. SUBDIVISÃO NA ESCRAVARIA:

Sempre que falamos em habitação de escravos nos vem a imagem estereotipada das "senzalas" que se no meio rural é uma verdade, o mesmo não ocorre com relação a cidade. Acreditamos que a questão do morar escravo no meio urbano passa necessariamente pelas formas de organização do trabalho escravo.

Na estruturação do trabalho escravo na cidade podemos identificar três grandes grupos que são os escravos de ganho, de aluguel e domésticos, muito embora fazendo-se a ressalva de que eles não eram tão estanques assim, podendo, por exemplo, o mesmo escravo ser de ganho ou doméstico caso as condições do mercado de trabalho demandarem.

No sistema do ganho o escravo trabalhava para fora da casa do seu senhor, exercendo principalmente atividades relacionadas com o transporte de pessoas, mercadorias e no comércio ambulante, sendo caracterizado por ser o escravo obrigado a pagar ao seu senhor uma quantia pré-estabelecida, podendo se apropriar de qualquer excedente.

Identificamos como escravos de aluguel aqueles que temporariamente saiam do domínio do seu senhor passando ao domínio de seus empregadores, podendo ser alugados por dia, semana, mês ou ano.

Por fim temos os escravos domésticos caracterizados por exercerem atividades no âmbito da casa do seu senhor, economicamente não produtivas e relacionadas com os serviços de manutenção da casa.

* Mestranda em arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

3. FORMAS DE MORAR ESCRAVO:

Dentro do contexto da cidade, portanto, as condições de moradia dos escravos vão assumir aspectos diferenciados das existentes no mundo rural onde a senzala era predominante. Como decorrência das exigências do próprio trabalho, os escravos urbanos desfrutavam de certa liberdade de movimento podendo até habitar em domicílios separados dos seus senhores. Assim, encontramos escravos morando tanto na casa dos seus senhores em porões, lojas, sotãos ou outros espaços, como também habitando quartos alugados, em cortiços, ou em choupanas de taipa.

Para os escravos que habitavam com seus senhores, os espaços a eles destinados variavam conforme a tipologia da edificação e o nível de renda dos seus senhores.

As grandes residências senhoriais remanescentes do período colonial, possuíam uma grande uniformidade nos partidos arquitetônicos. Eram assobradadas, e no pavimento térreo ficava a loja ou armazém, um corredor lateral e acomodação para os escravos. O pavimento superior era habitado pela família do senhor com uma grande sala na frente, as alcovas que não recebiam iluminação natural e os espaços destinados ao estar e serviços nos fundos (1).

O Diário da Bahia de 06.02.1859 anuncia um leilão de um sobrado à Rua do Passo "... com sala de frente e de jantar e 3 quartos, sotão com sala e 2 quartos e cozinha, loja com sala de frente e sala de traz e 2 quartos, estribaria e armazéns para escravos,..."

O engenheiro e arquiteto francês Louis Vauthier, que esteve no Brasil entre os anos de 1840 e 1846, nos deixou a descrição de dois sobrados senhoriais da cidade do Recife, fazendo a observação quanto a uniformidade nos partidos adotados: "Assim", diz ele "quem viu uma casa brasileira, viu quase todas. Uma sala na frente, uma sala nos fundos, comunicando-se a cada uma dessas peças, há uma ou duas alcovas fechadas por meio de portas envidraçadas; entre esses dois grupos, um corredor, mais ou menos comprido, de onde parte a escada e para onde dão, às vezes, diversos cubículos sem iluminação. Tal é a disposição geral dos andares acima do rés-do-chão". Este andar superior é destinado aos aposentos da família do proprietário e salas de visita. No sotão ficam a sala de jantar, copa, cozinha, quarto de engomar que também serve de aposento para as escravas. No rés-dochão encontra-se os aposentos dos escravos, que sem eles, dormiriam nos corredores ou nos patamares, e o quarto dos hóspedes e agregados, como também a cocheira (2).

O outro sobrado mencionado por Vauthier pertencia a uma família mais abastada, sendo portanto mais refinado, possuindo três andares além do térreo e sotão. Os três andares superiores possuíam plantas semelhantes sendo destinados ao uso do senhor e familiares, com alcovas, salão de recepção, sala de jantar, sacadas etc. As ocupações domésticas estavam concentradas no sotão, como também os aposentos das negras escravas. No pavimento térreo encontravam-se a cocheira e o dormitório dos escravos (3).

Vemos nesses exemplos de Vauthier a existência de espaços separados para o dormitório dos escravos homens e das mulheres e, como nos exemplos anteriores, estão situados no andar térreo das edificações ou no sotão.

Mattoso nos descreve a casa padrão do grande negociante em Salvador como possuindo no térreo o armazém e depósito de mercadorias, sendo o primeiro andar reservado à família, o segundo aos caixeiros, o terceiro à escravaria, e os demais

(quando existiam) eram destinados novamente às mercadorias (4).

Havia também as casas abarracadas do tipo “chalés”, geralmente com três águas e situadas em grandes terrenos denominados de “roça”, como, por exemplo, a que é citada por Nascimento, situada nos Barris, possuindo roça, fonte, arvoredos, estrebaria e senzala (5).

Apesar das variantes existentes entre os padrões arquitetônicos adotados, em todos existia a dependência da mão-de-obra escrava, quer para a própria construção quanto para o funcionamento do edifício, sendo inexistentes ainda os serviços básicos de água e esgoto. Como coloca Reis Filho: “para tudo servia o escravo. É sempre a sua presença que resolve os problemas de bilhas d’água, dos barris de esgoto (os ‘tigres’) ou do lixo...” (6).

Com relação às condições de conforto das casas baianas em geral, os viajantes estrangeiros se queixavam quando ao desconforto e falta de higiene decorrentes da pouca ventilação e iluminação, como fez o alemão Oscar Canstatt: “das portas abertas das casas emanava uma espécie de bafo que, como tive a ocasião de observar, se faz sentir em móveis abandonados e que se origina da estagnação do ar muito carregado de umidade...” (7). Dentro desse contexto podemos imaginar que os espaços destinados aos escravos eram ainda mais deficientes sob todos os aspectos. Ao vê-los habitando os porões das residências, Maria Graham se perguntou: “como é que entes humanos poderiam existir em tais lugares” (8).

Ao longo do século XIX, com o processo de crescimento e transformação do meio urbano, principalmente nas freguesias centrais como a Sé, a Conceição, o Passo etc., os sobrados setecentistas habitados antes por uma única família passaram a se constituir em habitações de vários fogos, (9), ocupados por famílias das camadas medianas da população, quando não se constituíam em verdadeiros pardieiros.

Em nossas pesquisas nas listas do Censo de 1855, conseguimos informações acerca de quatro quarteirões da Freguesia da Sé, o que representa 15% do total de seus quarteirões, onde podemos obter uma amostra da caracterização populacional da freguesia. Encontramos a presença de elementos representativos das várias camadas sociais, numa mesclagem que vai desde altos funcionários do governo, possuidores de inúmeros escravos, até libertos pobres que viviam de suas tarefas no ganho, habitando lado a lado. Entretanto notamos que os extratos medianos e inferiores da população eram os predominantes, como demonstram as ocupações declaradas dos chefes de fogos, com alta incidência para costureira, alfaiate, sapateiro, pedreiro e marceneiro. Assim como é marcante a presença de pessoas de cor (geralmente libertos), de mulheres viúvas e mães solteiras chefes de fogos, cujas famílias eram pouco numerosas e possuidoras de um pequeno número de escravos, vivendo em sobrados subdivididos em vários fogos (10).

Os dados do Censo de 1855 apontam um alto índice de sobrados divididos em vários fogos nas freguesias centrais, cujas famílias não tinham nenhuma ligação direta entre si. Podemos citar vários exemplos significativos como o sobrado situado à Rua Direita da Ajuda, no vigésimo primeiro quarteirão da Freguesia da Sé, onde no primeiro andar moravam Dona Alexandrina Maria do Rosário, dois filhos e três agregados; no segundo andar, Dona Maria Coelho morava com seus sete filhos, sua mãe, uma agregada e uma escrava; e no terceiro andar habitavam o Sr. José Mendonça, sua família e três escravos (11).

O sobrado de nº 112, no 22º quarteirão/Sé, abrigava cinco famílias distintas,

sendo uma no primeiro andar e as outras distribuídas em “lojas”, cujos moradores constituíam-se em pardos, crioulos e pretos, exercendo ofícios de sapateiro, pedreiro, marceneiros e servente (12).

Na Freguesia do Pilar, na cidade baixa, também vamos encontrar a mesma mesclagem populacional, com seus velhos casarões setecentistas subdivididos, para abrigarem várias famílias, como por exemplo o sobrado n.º 14 do 10.º quarteirão em que no primeiro andar moravam um português com mulher, três filhos e sete escravos; no segundo andar viviam o Sr. Joaquim, caixeiro, com mulher e três filhos, e no terceiro andar, a viúva Dona Joana Roza, três filhos, e cinco agregados (13).

As informações contidas no Censo de 1855, faze-nos também perceber que a hierarquização social dos espaços se dava ao nível interno das edificações, caracterizadas nas habitações multifamiliares, onde sempre os andares nobres do sobrados, com melhores condições de conforto ambiental (ventilação, iluminação, salubridade etc.) eram reservados às famílias mais abastadas, cabendo aos mais pobres as “lojas”, porões e sotãos, como bem nos mostra o sobrado de n.º 57, do 10.º quarteirão do Pilar que era habitado na “loja” (andar térreo) por quatro africanos e um crioulo libertos e uma escrava africana, cujo chefe do fogo exercia o trabalho de ganhador; no primeiro andar viviam um empregado público e sua mãe, ambos brancos, com uma escrava africana; e no segundo andar encontrava-se o grande negociante português José Alves Espinheira com sua mulher, três filhos, três parentes, quatro agregados e vinte e quatro escravos (14).

O sobrado de n.º 32, no vigésimo quarteirão da Freguesia de São Pedro, segundo o Censo de 1855, também é um bom exemplo para percebermos a composição sócio-espacial da população, o qual abrigava duas famílias; uma na “loja”, consituída por pretos e crioulos libertos, e a outra no andar superior de um negociante português, com mulher, quatro filhos, dez escravos e uma agregada (15).

Exemplos como esses vamos observar inúmeros, espalhados por toda a cidade, porém com maior concentração nas freguesias mais centrais. E como podemos perceber nos exemplos citados também encontramos grande quantidade de escravos habitando nos mesmos fogos dos seus senhores.

Todavia não era apenas com o senhor que o escravo morava. A própria forma como se organizava o trabalho escravo na cidade demandava certa autonomia sobretudo para os de ganho, os quais podiam negociar livremente o seu trabalho, isto é, sem a imposição e determinação direta do seu senhor, porém restrito as flutuações do mercado. Portanto, sem a necessidade do controle direto de seus senhores, lhes era possível pernoitar e até habitar longe da casa de seus senhores, mediante o consentimento destes. O Diário da Bahia de 14.10.1865, anuncia a fuga de um escravo oficial de carpinteiro, que vivia longe de casa de seu senhor, morando numa **CAZINHA** junto ao recolhimento de São Raimundo (16). Encontramos no Censo de 1855 o escravo Matheus e a escrava Afra trabalhando ambos no ganho, e morando no 9.º quarteirão da Freguesia da Penha, longe de seus senhores (17).

São encontradas várias referências desses escravos habitando nas chamadas “lojas” dos antigos casarões setecentistas divididos em vários fogos. Na verdade as “lojas” eram situadas geralmente no térreo da edificação, nos espaços antes aproveitados para armazéns ou loja propriamente dita, ou ainda no sub-solo, ou seja, nos porões, que eram adaptadas para abrigarem geralmente pessoas pobres e de cor, como os libertos e escravos.

Podemos observar nesta descrição de um sobrado multifamiliar, a existência e disposição interna das lojas: “corre praça hoje 3 e nos dias 7 e 10 do corrente, pelo juízo d’orphãos e cartório do escrivão José Maria, uma propriedade de sobrado sita à Rua das Laranjeiras, pertencentes ao casal de Antonio Joaquim Fernandes Maciel edificada em terrenos próprios, com 45 palmos de frente, tendo no alojamento 4 portas, sendo 3 das lojas de aluguel a 1ª tem sala de frente, sala de jantar, quarto e cozinha, e a outras duas salas e quartos, o 1º andar tem sala e gabinete, a frente com 5 janellas rasgadas e grades de ferro com bacia de cantaria da Europa, com 2 quartos, sala de jantar, varanda e cozinha toda forrada de estoque, no 2º andar 5 janelas de peitoris envidraçadas, com sala e gabinete, 2 quartos, sala de jantar e cozinha toda telha vã...”(18).

Com base nos dados do Censo de 1855, podemos identificar a composição dos grupos que habitavam as “lojas”, como sendo em sua maioria absoluta pessoas pertencentes aos extratos inferiores da população. No 21º quarteirão da Freguesia da Sé as 80 pessoas que moravam em “lojas” tinham a seguinte composição: 37,5% de pardos; 26,25% de crioulos; 21,25% cabras; 8,75% de pretos e apenas 6,25% de brancos. Exercendo as ocupações de torneiro, alfaiate, sapateiro, lavadeira, ganhadeira, quitandeira, entre outras (19).

Na Rua Direita da Ajuda (21º/ Sé) vamos encontrar os africanos libertos Sabino e Maria, ambos trabalhando no ganho e morando em “loja”, assim como a liberta ganhadeira Luiza e seu filho morava em “loja” na Rua do Bacalhau (20). Dentro da composição dos habitantes das “lojas”, é constante a presença da figura do liberto, muitos dos quais possuíam escravos como por exemplo os libertos Francisco Lopes Montinho, marceneiro, e Ritta Paula Lisboa, ganhadeira, que possuíam três escravos, todos trabalhando no ganho, morando no 23º quarteirão da Freguesia da Sé. Entretanto sabemos que como estratégia de sobrevivência era comum os libertos dividirem a moradia nas “lojas” com escravos ganhadores que habitavam longe de seus senhores. O Censo de 1855 nos dá alguns exemplos nesse sentido, como o sobrado n.º 7 da Ladeira da Saúde, no 3º quarteirão da Freguesia de Santana, onde na “loja” moravam o calafate João Govea dividindo o espaço com a escrava Ursula das Virgens (21).

Encontramos também escravos morando sozinhos em “lojas”, como a escrava nagô Francisca, de 45 anos de idade, que morava na “loja” do sobrado n.º 23, do 9º quarteirão da Freguesia do Pilar (22).

J.J. Reis denominou as lojas de “senzalas urbanas” com os espaços amontoados de gente, onde havia pouca ventilação, nenhuma separação em quartos, nem tampouco privacidade. Geralmente eram constituídas por uma só grande sala chamada armazém, sem mobília alguma, as vezes possuíam um caixote de madeira para guardar roupas, instrumentos de trabalho, dinheiro e amuletos. Os escravos dormiam sobre esteiras estendidas no chão ou mais raramente colocadas sobre tábuas(23).

Era comum também para os escravos alugarem quartos nos fundos das casas, geralmente pertencendo a libertos, pois para estes era proveitoso dividir sua moradia com os escravos, na medida em que podiam conseguir uma renda a mais. As casas desses libertos podendo ser de aluguel ou próprias, eram em sua maioria construções modestas, de taipa ou pedra e cal, térreas, de porta e janela, em terrenos foreiros a conventos, igrejas ou grandes proprietários urbanos (24).

Em 1835 os escravos Ova, Namonim e Marcelina alugavam quartos na casa do

liberto Belchior, assim como os escravos Roque, Joaquim e Pacífico Licutan que alugavam um quarto de fundos de uma casa à Rua das Laranjeiras de outro liberto. A escrava Feliciano morava com o liberto Luiz, carregador de cadeira, num quarto alugado nos fundos de uma casa à Rua Direita de São Pedro n.º 61, e tinham como vizinhos num outro quarto a escrava Firmina e o liberto Jacinto. Como também morava em quarto alugado, situado nas vizinhanças do Mercado de Santa Bárbara, o escravo ganhador Antonio (25).

A existência dessas “vilas de aluguel” nos fundos de quintais também aparece no Censo de 1855. Temos um exemplo explícito na casa do Sr. Juvêncio Lopes, no 34.º quarteirão da Freguesia de Santo Antonio, onde existiam alguns pardos, sapateiros e uma costureira, morando em quartos em seu quintal (26).

As condições de moradia dos escravos que não habitavam com seus senhores ou empregados, assemelhavam-se às dos libertos e pobres livres, que precisavam a duras penas conquistar seu espaço na cidade, cabendo-lhes no entanto sempre locais com condições precárias, como observou o viajante austríaco Jerolim Freiherr von Benko, em 1855, os negros livres, os carregadores e os estivadores habitando em “miseráveis mansardas” (27).

O viajante inglês Lindley, em 1802, ao comentar sobre as residências da cidade de Salvador, se referiu aquelas da classe mais baixa, dos soldados e negros, como sendo cabanas cobertas de telhas com simples janelas com grades (28). Essas habitações precárias também são mostradas por Rugendas, em sua documentação iconográfica, feita entre os anos de 1821 e 1825, aparecendo uma prancha com a representação de uma habitação de negros, como sendo uma pequena choupana, construída de taipa (pau-a-pique), com cobertura de palha, e apenas uma porta. Vemos os negros e negras semi-nus, do lado de fora da casa, uns deitados, outros trançando palha, e crianças brincando (29).

Habsburgo, em 1860, também atenta para essas cabanas em locais próximos ao Dique: “logo encontramos, também, por entre campos sombreados por grandes árvores, uma daquelas míseras choupanas de negros, construída com varas, barro e folhas de palmeiras...”. Em seu passeio a Ilha de Itaparica, encontrou escravos morando em choupanas, com paredes de “galho seco, mal tapadas com barro e terra”, coberta com palha e o chão de terra batida, cujo mobiliário consistia em alguns caixotes de madeira, objetos de palha e cabaças (30).

4. CONVIVÊNCIA NA MESMA HABITAÇÃO:

Ao abordarmos a questão sobre com quem viviam os escravos, ou seja, com quais pessoas ou grupos coabitavam, vemos que para os escravos que residiam com seus senhores havia toda uma convivência direta com os membros da família deste que geralmente era numerosa, constituída não só do núcleo pai, mãe e filho, como também tios, tias, primos, avós, sobrinhos, irmãos, agregados etc., como este exemplo extraído do Censo de 1855 em que habitavam numa casa da Freguesia do Pilar o caixeiro Manoel dos Santos, sua esposa, duas irmãs, sua mãe, quatro agregados e cinco escravos (31).

Os escravos geralmente não se casavam. Principalmente até meados do século XIX, não havia interesse do senhor em que o escravo constituísse família, na medida em que era mais vantajoso economicamente importar novos braços, do que criar crianças escravas, como também havia uma queda de produtividade da mulher durante o período de gestação. Da mesma forma as próprias características do tráfico

brasileiro privilegiaram o elemento masculino, em detrimento do elemento feminino; portanto, entre os escravos havia mais homens que mulheres, na razão de 3 para 1 (32). As relações afetivo-sexuais entre os escravos tinham caráter temporário, principalmente porque não havia vantagem efetivamente alguma, pois além de seus filhos nascerem também escravos, o seu proprietário podia vendê-los ou doá-los separadamente. Só a partir de 1869 vieram surgir leis relacionadas com o casamento dos escravos, como a proibição da venda em separado de escravos casados e a Lei do Ventre Livre (1871) (33).

Os dados do Censo até o momento por nós trabalhados, não apontam a existência de um escravo casado sequer.

Quanto aos escravos que não viviam com seus senhores, vamos encontrá-los coabitando com outros escravos, com seus amigos libertos ou muitas vezes morando sozinhos. Reis, em seu estudo sobre os malês coloca que além do companheirismo amoroso, a existência de um parentesco étnico era também um fator norteador para os africanos na escolha de seus parceiros de moradia, como nesta "loja" do 10º quarteirão do Pilar onde moravam quatro africanos libertos e uma escrava, todos pertencendo a nação nagô (34).

5. ESPACIALIZAÇÃO:

Os dados até agora por nós obtidos são insuficientes para identificarmos com precisão, em que áreas da cidade havia uma maior concentração de moradia de escravos. Sabemos entretanto que em todas as freguesias de Salvador os escravos se faziam presentes. Vamos encontrá-los em grande número na Vitória pois ali se estabeleciam os consules e grandes negociantes que chegavam a possuir mais de 30 escravos; ou na Freguesia do Pilar habitada pelos maiores comerciantes grossistas da cidade possuidores de numerosos escravos; como também em Brotas, onde se dedicavam principalmente ao trabalho nas roças; na Freguesia do Passo devido a existência de numerosas famílias de classe média que possuíam ao menos um escravo; da mesma forma que na Freguesia de São Pedro; na Freguesia da Conceição da Praia, se dedicando sobretudo aos serviços do porto e comércio; ou na Freguesia da Sé principalmente por abrigar uma maior concentração populacional (35).

Reis em seus estudos sobre a revolta dos malês de 1835 encontrou o maior número de acusados entre escravos e libertos morando na Freguesia da Sé. Isto não é de admirar na medida em que sabemos que a Sé, desde o início do século XIX, começava a passar por transformações na sua estrutura populacional, onde seus antigos habitantes de elite iam sendo substituídos pelas camadas média e famílias pobres da população, sendo os grandes sobrados gradativamente subdivididos em vários fogos, oferecendo opções de moradia mais baratas, ao alcance dos libertos que, na realidade não se diferenciava muito dos escravos de ganho, que também para aí afluiam quando viviam autonomamente. Com relação apenas aos acusados escravos, o maior número deles morava na Freguesia da Vitória (30,6%) servindo aos ricos senhores, seguida da Freguesia da Sé (16,3%), Conceição da Praia (16,3%), Pilar (12,5%), Santo Antonio (8,7%), São Pedro (6,9%), Passo (3,7%), Santana (1,9%), Penha (1,9%) e Brotas (1,2%) (36).

6. RESPONSABILIDADE PELO ÔNUS DA HABITAÇÃO:

A responsabilidade pelo ônus da habitação podia caber tanto ao senhor, quanto ao locatário ou ao próprio escravo, pois como vimos, os escravos podiam morar sob o mesmo teto do senhor, ou de quem alugasse seus serviços, ou ainda morarem

sozinhos.

Os escravos que moravam com seus senhores eram em sua maioria domésticos, pois não obtinham renda alguma que lhes permitisse custear sua habitação. Porém vamos encontrar também morando com seus senhores alguns escravos que trabalhavam no ganho, obviamente esses escravos ou eram aqueles cuja principal atividade era as tarefas da casa, exercendo o ganho de forma esporádica, como algumas negras ganhadeiras vendedoras de doces e outros alimentos produzidos na casa do seu senhor, ou aquelas que exerciam as atividades de rendeiras, bordadeiras e costureiras cujo consumo de seu produto não se limitava apenas ao âmbito da casa do seu senhor, como também deveriam vendê-lo para fora. Ou aqueles que trabalhando diretamente no ganho não perfaziam o suficiente para se auto-sustentarem, pois além da habitação tinham que arcar também com os custos da alimentação que normalmente já pagavam, do vestuário e cuidados médicos. Temos no Censo de 1855 o exemplo, entre outros, das escravas Emília e Josefa que trabalhavam no ganho e moravam na casa do seu senhor (37).

Moravam ainda com o senhor alguns escravos que tinham a sua força de trabalho alugada por outrem, conforme ficasse acertado previamente entre o proprietário e o locatário. Dessa forma o *Jornal da Bahia*, de 12.09.1861, anuncia o aluguel de uma negra cozinheira, lavadeira e engomadeira e de um negro para todo o serviço, que continuariam dormindo na casa de seu senhor (38).

Para aqueles escravos que eram alugados por um período maior de tempo, geralmente o locatário se comprometia a custear integralmente o escravo, dando-lhes também à moradia.

Os escravos que moravam por conta própria, de acordo com os dados até agora por nós obtidos, exerciam atividades no ganho. Esse sistema lhes possibilitava uma renda que os tornava capaz de arcar com os custos de sua moradia. Segundo Andrade os autos dos inventários "post-mortem" deixam entrever que muitos escravos, sempre do serviço do ganho, não moravam na residência dos seus senhores nem dependiam deles para sua manutenção (39).

Vamos encontrar inúmeras referências a escravos que pagavam aluguéis por sua moradia, como a escrava Felicidade e seu companheiro o ex-escravo Luiz que pagavam 800 réis mensais pelo aluguel de um quarto, assim como moravam também de aluguel: a escrava Firmina e o liberto Jacinto; o escravo Antonio que trabalhava no ganho e morava num quarto alugado na cidade baixa e o escravo Belchior, carregador de cadeira, que sublocou um quarto na loja de Manuel Calafate (40).

Em 1935, a revolta dos escravos malês provocou uma insegurança geral na população branca, fazendo com que surgissem uma série de disposições legais no sentido de um maior controle tanto sobre a massa escrava como também sobre os libertos. Decorreu disto a Lei n.º 9, de 13 de maio de 1835, que no seu artigo 18 proibia alugar ou arrendar casas a escravos ou a africanos libertos, senão com a autorização especial do juiz (41).

NOTAS

- (1) Reis Filho, Nestor Goulart, Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1978, p.p. 24 e 29.
- (2) VAUTHIER, L. L. Casas de Residência no Brasil, IN: Arquitetura Civil I. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975, p.p. 37, 39 e 43.
- (3) IBID, p. 42, 44 e 45.
- (4) MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX. São Paulo, Hucitec, 1978, p. 175.
- (5) NASCIMENTO, A.A.V. Dez Freguesias da Cidade do Salvador. Salvador, FCCEBa/EGBa, 1986, p. 45.
- (6) REIS FILHO, op. cit. p. 26.
- (7) Apud. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. op. cit. p. 194.
- (8) GRAHAM, Apud GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1985, p. 487.
- (9) Um "fogo" significa uma unidade familiar.
- (10) OS QUARTEIRÕES DA FREGUESIA DA SÉ DO CENSO DE 1855 POR NÓS PESQUISADOS FORAM: 20^o, 21^o, 22^o e 23^o ARQUEB, Presidência da Província – Governo – Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.
- (11) ARQUEB, Presidência da Província – Governo – Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.
- (12) IBID.
- (13) ARQUEB, Presidência da Província – Judiciário – Qualificação - 1852-1876, Maço 2815.
- (14) IBID.
- (15) ARQUEB, Presidência da Província - Governo - Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.
- (16) Apud VERGER, Pierre, Op. Cit., o. 502.
- (17) ARQUEB, Presidência da Província - Governo - Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.
- (18) Diário da Bahia, 03.02.1860; Apud. BOLETIM BIBLIOGRÁFICO; PELOURINHO INFORMA. Salvador, IPAC, Vol. 4, n.ºs 3 e 4, 1978, p. 156.
- (19) ARQUEB. Presidência da Província - Governo - Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.
- (20) IBID.
- (21) ARQUEB. Presidência da Província - Recenseamento 1851-1877, Maço 1605.
- (22) ARQUEB. Presidência da Província - Governo - Recenseamento 1814-1873, Maço 1602.
- (23) REIS, J. J. Rebelião escrava no Brasil, A história do levante do Malés. 1835 São Paulo, brasiliense, 1985, p.
- (24) OLIVEIRA, Maria Inês C. de O. Liberto: o seu Mundo e os Outros. (Salvador 1790-1890). Dissertação de Mestrado, 1979, Universidade Federal da Bahia, p.p. 82 e 83.
- (25) REIS, J. J. Op. cit. p. 221.
- (26) ARQUEB. Presidência da Província - Governo - Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.

- (27) Apud. AUGEL, Moema Parente, Visitantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista. São Paulo, Cultural, 1980, p. 147.
- (28) Apud VERGER, Pierre. Op. cit., p. 296.
- (29) RUGENDAS, J. Moritz. Viagem Pitoresca através do Brasil. Traduzido por Sérgio Millet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 211.
- (30) HABSBURGO, Maximiliano. Bahia 1860. Esboços de Viagem. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Bahia: FCBA, 1982, p.p. 104 e 167.
- (31) ARQUEB. Presidência da Província - Governo - Recenseamento 1824-1873, Maço 1602.
- (32) MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. Ser Escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 126; REIS, J. J. População e Rebelião: Notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do século XIX. Revista das Ciências Humanas. Salvador, 1980, p. 146.
- (33) MATTOSO, Kátia de Queiróz. Op. cit., p. 127.
- (34) ARQUEB. Presidência da Província - Judiciário - Qualificação. 1952-1876, Maço 2815.
- (35) COSTA, Ana e KLUPPEL, Giselda. Salvador: Hierarquia Social, Trabalho e Moradia no Século XIX. mimeo., Salvador, 1987.
- (36) REIS, J. J. Op. cit., p. 217.
- (37) ARQUEB. Presidência da Província. Recenseamento 1815-1877. Maço 1605.
- (38) Apud. VERGER, Pierre. Op. cit., p. 500.
- (39) ANDRADE, Maria José. A mão-de-obra escrava em Salvador, de 1811 à 1860; Um estudo de história quantitativa. Dissertação de Mestrado, 1979, Universidade Federal da Bahia, p. 120.
- (40) REIS, J. J. Op. cit., p.p. 221 e 222.
- (41) CUNHA, Manuela Carneiro. Negros, Estrangeiros. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 77.